

DESNATURALIZAR O GÊNERO, HISTORICIZAR A NORMA: COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE DE GÊNERO NAS AULAS DE HISTÓRIA

Bárbara Araújo Machado ¹

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o uso articulado dos conceitos de colonização e colonialidade de gênero em aulas de história como caminho para desnaturalizar as normas de gênero e sexualidade hegemônicas em nossa sociedade e construir identidades “razoáveis”, no sentido proposto por Luís Fernando Cerri. Baseado em uma experiência curricular realizada junto a turmas de 8º ano do ensino fundamental, este trabalho se assenta teoricamente no campo da Educação Histórica e no conceito de colonialidade de gênero, de Maria Lugones, em diálogo com a historiografia sobre colonização do Brasil e das Américas. Os conceitos de gênero, identidade e alteridade também são centrais para a proposta desenvolvida. Metodologicamente, a experiência esteve incluída em um processo de pesquisa que tinha como objetivo elaborar um currículo para o ano de escolaridade, que tinha dentre seus pressupostos desenvolver uma abordagem que questionasse tanto o eurocentrismo quanto o nacionalismo metodológico que muitas vezes orienta a narrativa histórica. Os principais resultados observados dão conta da importância de abordar a temática de gênero e sexualidade articulada com a experiência colonial, mas necessariamente em diálogo constante com as continuidades da lógica colonial no presente e no cotidiano vivido pelos estudantes. O gênero é ainda um território de disputa e isso é especialmente verdadeiro durante a adolescência. Nesse sentido, a escola como um todo e a história escolar têm um papel estratégico na construção de conhecimento e de identidades no que diz respeito a essa temática.

Palavras-chave: Colonialidade de gênero. Colonização. Identidade de gênero. Sexualidade. Educação.

INTRODUÇÃO

Em seu artigo “Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar”, Fernando Seffner (2013) convida à reflexão sobre necessidade de colocarmos em foco a norma, em vez de persistirmos focalizando apenas as subjetividades e identidades socialmente alterizadas, para combatermos o preconceito no ambiente escolar. Nesse artigo, Seffner analisa cenas escolares resultantes de uma iniciativa de combate à homofobia na escola, observando que a tentativa de

¹ Professora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. araujombarbara@gmail.com.

abordagem do problema através do foco exclusivo nas experiências alterizadas gerava situações de desconforto para os estudantes homossexuais, enquanto a heterossexualidade nunca era colocada em questão. Nas palavras de Seffner (2013, p. 155), “uma das astúcias da norma é não dizer de si”, permanecendo intocada e naturalizada, enquanto cabe a quem foge da norma responder a todas as perguntas.

Essa reflexão, que pode ser extrapolada para pensar as diversas normas e as diferentes experiências sociais alterizadas – como as relações raciais e a des-racialização da branquitude, por exemplo – é o mote que baliza o presente trabalho. Entendendo que o ensino de História carrega consigo ferramentas adequadas para desnaturalizar a norma, historicizando-a, este trabalho aborda uma experiência pedagógica que trabalhou as temáticas de gênero e sexualidade com base nos conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2019) e, em especial, colonialidade de gênero (Lugones, 2008) em turmas de 8º ano do ensino fundamental. Partindo dos pressupostos de que o conteúdo é um meio e não um fim em si e de que “a História é uma maneira particular de pensar e não um conjunto de conhecimentos” (Bergmann, 1989, p. 35), utilizou-se o tema da colonização em conjunção com a historiografia sobre os povos indígenas e as reflexões de autores decoloniais para construir um entendimento sobre as normas de gênero, família e sexualidade como padrões construídos no contexto da dominação europeia cristã, como parte de um processo de genocídio, etnocídio e epistemicídio que tem consequência até os dias atuais.

Essa abordagem permitiu aos estudantes desnaturalizarem as normas de gênero e sexualidade através da percepção de sua historicidade, compreendendo-as como processos históricos resultantes de dinâmicas de poder que não são eternas. Tendo origem, essas normas transformam-se no tempo e no espaço, havendo dinâmicas de gênero e sexualidade diferentes em contextos e sociedades diferentes. Essa reflexão mostrou-se essencial para a relativização do que é considerado “normal”, trazendo um sentido de autoafirmação para aqueles e aquelas que se encontram em posição considerada desviante da norma. Além disso, revela que “o mar da história é agitado”, conforme a imagem construída pelo poeta Vladmir Maiakóvski, e que a norma opressora de hoje pode vir a ser transformada, rumo à uma sociedade em que todas as pessoas possam existir em suas diferentes subjetividades livremente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A experiência pedagógica abordada neste trabalho ocorreu no âmbito de um projeto mais amplo, intitulado “História Global e Educação Histórica: novas possibilidades metodológicas para o ensino de história”, desenvolvido no Instituto de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ) desde meados de 2022. Tal projeto partiu de dois campos de pesquisa que discutem alguns aspectos teóricos relevantes. Optou-se por trabalhar com a proposta de História Global conforme defendida por Sebastian Conrad (2019), que defende que o aspecto central de uma perspectiva global para a História não são as relações e interconexões entre diferentes fenômenos, mas sim a integração global. Segundo ele, a integração vai além das conexões ao envolver um aspecto de causalidade entre os fenômenos. Por outro lado, utilizamos as reflexões do campo da Educação Histórica (Germinari, 2011), principalmente para pensar os objetivos específicos do ensino de história e o conceito de “consciência histórica”, conforme formulado pelo historiador alemão Jörn Rüsen (2001).

Os principais elementos aventados a partir das discussões da Educação Histórica para esta pesquisa estão reunidos na obra *Ensino de História e Consciência Histórica*, de Luís Fernando Cerri (2011), em que o autor defende que a consciência histórica dos estudantes não é formada exclusivamente no espaço da aula de história. Na verdade, a história escolar é um elemento restrito se considerarmos todos os espaços que influenciam os sentidos que os estudantes dão ao tempo e aos fenômenos históricos, tais como a família, a mídia, a igreja, etc. Contudo, cabe à escola e ao professor de história em particular agir como um mediador nesse enorme influxo de informações recebidas pelo estudante, buscando formar aquilo que o autor nomeia de “identidades razoáveis”, isto é, posições subjetivas que considerem de forma positiva e integradora a alteridade, o “outro”, primando pelo diálogo nas relações pessoais ou coletivas (Cerri, 2011, p. 82).

Especificamente com relação ao debate de gênero e sexualidade, utilizamos como referencial base a obra *Gênero: uma perspectiva global*, em que as autoras Raewyn Connell e Rebecca Pearse propõem um entendimento do conceito de gênero de forma relacional, problematizando as construções da masculinidade e da feminilidade, dos padrões e das expectativas das diferentes sociedades a partir da dimensão reprodutiva dos corpos humanos (Connell e Pearse, 2015). Consideramos as discussões de Connell e Pearse palatáveis para os estudantes e muito úteis para discutir as noções de padrão/norma.

A partir dessa concepção geral, direcionamos a discussão para o tema da colonização, trazendo os autores do grupo Modernidade/Colonialidade, em especial com o conceito de “colonialidade de gênero”, de Maria Lugones (2008). A autora usa o conceito para nomear a forma como o gênero e a sexualidade foram decisivos no processo de colonização das Américas e até hoje representam padrões impostos pelos europeus por toda essa região. Segundo ela, a norma de gênero imposta no processo colonial fez parte de um processo de destruição da cultura, das formas de organização social e das relações comunitárias presentes entre os povos nativos das Américas.

Embora o conceito central tenha sido o de colonialidade de gênero, discutimos com os estudantes o conceito de colonialidade do poder, conforme proposto por Quijano (2019), sublinhando a centralidade do desenvolvimento da noção de raça no desenvolvimento das relações integradas de poder na modernidade colonial. Essa concepção dialoga com a perspectiva proposta pela História Global de compreensão da modernidade como um contexto de relações integradas, bem como com uma concepção interseccional que busca evidenciar a forma como relações de gênero, raça e sexualidade se atravessam e determinam ao longo do desenvolvimento do capitalismo, mesmo em seus estágios iniciais (Ferguson, 2017; Collins, 2022).

METODOLOGIA

O projeto no qual este trabalho se insere, “História Global e Educação Histórica: novas possibilidades metodológicas para o ensino de história”, contou com dois estudantes de Iniciação Científica e uma de Iniciação à Docência², e teve como objetivo levantar contribuições possíveis que a abordagem da História Global poderia proporcionar para a Educação Histórica (Germinari, 2011), considerando especialmente seu impacto nos sentidos atribuídos pelos estudantes ao tempo e aos fenômenos históricos. No bojo do projeto, um dos pontos aventados a partir da História Global em diálogo com os objetivos do ensino de história foi o de superar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo que muitas vezes orientam o ensino de história. Assim, buscamos construir uma narrativa escolar sobre a modernidade como contexto, não no sentido de um “cenário”, mas de uma conjuntura histórica determinante das relações

² Agradeço aos estudantes Gabriel Klippel, Livia Bittencourt, Juan Leocadio e Arthur Cals pelo trabalho neste projeto.

sociais nela desenvolvidas. Essa concepção de modernidade baseou-se fortemente nas reflexões de Sebastian Conrad (Conrad, 2012, 2019).

A metodologia do projeto consistia em uma pesquisação (André, 2012), que tinha como um de seus objetivos criar um planejamento anual baseado no encontro entre História Global e Educação Histórica. A temática de gênero e sexualidade não foram escolhas resultantes diretamente desse encontro, tendo na verdade relação com minhas preocupações políticas enquanto educadora e ativista. Contudo, o convite da História Global à superação de uma perspectiva eurocêntrica apontou para uma leitura crítica da perspectiva decolonial, em particular do grupo Modernidade/Colonialidade, como Aníbal Quijano e Maria Lugones, como explicitado na discussão sobre o referencial teórico do presente trabalho.

Com essas perspectivas em vista, construiu-se junto aos estudantes uma conceituação de modernidade como um contexto no qual o mundo tornou-se crescentemente integrado, mas que esse processo de integração havia se dado de forma desigual e violenta para diferentes povos e regiões. A partir de então, iniciou-se uma discussão sobre o conceito de colonização conjuntamente com o conceito de colonialidade de gênero. A noção de colonização foi desenvolvida através da construção do conceito de colonialidade de gênero, a partir de um debate sobre as normas – e não a partir da diferença.

Uma estratégia para tanto foi a análise de uma busca na plataforma Google Imagens do termo “família”. O resultado revelou o seguinte padrão de família: um casal heterossexual branco com dois filhos – um menino e uma menina –, com diversos signos indicadores das normas de gênero que os estudantes puderam analisar nas imagens, como os tipos e as cores das roupas, as posições que cada pessoa ocupava nas imagens, etc. Essa dinâmica foi feita oralmente com a turma através da projeção da tela, sendo a partir dela que construímos os conceitos de “padrão”, “norma” e “gênero”.

A partir da delimitação da norma, buscou-se identificar outras expressões de família, gênero e sexualidade entre os povos originários nas Américas antes da colonização europeia (Vainfas, 2011; Trevisan, 2018; Alves, 2022), bem como em sociedades não-ocidentais após a descolonização, como o caso das hijras na Índia (Cunha, 2023). Nesse movimento, sublinhou-se que a norma só tornou-se “normal” como resultado de um processo histórico de violência, apagamento e imposição colonial. E que, apesar de tudo isso, ela ainda não é absoluta, sendo o gênero e a sexualidade um campo de disputas. Observar que, em outras sociedades e contextos, a “norma” pode ser aquilo

que hoje considera-se como o “desvio” é uma poderosa formas de descortinar o véu da transformação social.

Importante explicitar que, paralelamente às aulas de histórias, os estudantes do 8º ano estavam trabalhando gênero e sexualidade na disciplina de ciências. Na realidade, o currículo prescrito da disciplina era Educação Sexual e ISTs, mas as professoras das disciplinas de ciências e história fizeram um esforço interdisciplinar para ir além das temáticas prescritas nos limites das disciplinas, abordando o gênero e a sexualidade como questões que atravessavam ambas.

Como resultado deste processo, os estudantes realizaram trabalhos interdisciplinares em grupos, em formato de apresentação livre, que abordassem as seguintes temáticas, aventadas pelas professoras de história e de ciências: 1) O que é “gênero” e por que falar de gênero importa?; 2) Mitos e equívocos sobre gênero e sexualidade; 3) Desenvolvimento dos métodos contraceptivos e a prevenção contra ISTs como agentes de transformação das normas de gênero; 4) Gênero, raça e etnia: combate aos estereótipos racistas e sexistas sobre pessoas negras e indígenas; 5) Diversidade de configurações familiares na nossa e em outras sociedade: quebrando padrões de gênero e sexualidade; 6) Contra a LGBTfobia dentro e fora da escola: a história do movimento LGBT e a luta pelo respeito à diversidade de gênero na escola; 7) Pessoas intersexo e sua luta por autonomia e reconhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos realizados pelos estudantes foram diversos em termos de formatos, incluindo peças de teatro, apresentações de slides, cartazes, jogos de verdadeiro ou falso, vídeos com entrevistas com outros estudantes, etc. Eles articularam de forma interessante dos debates transversais às duas disciplinas, exibindo pesquisas bem fundamentadas e perspectivas qualificadas sobre as temáticas levantadas pela proposta de trabalho. De modo geral, os colegas se envolveram e participaram das apresentações uns dos outros, em especial nas que optaram por jogos de perguntas, tendo sido um momento interessante de avaliação coletiva, na medida em que as perguntas envolviam argumentações sobre os pontos defendidos.

Houve apenas um caso de um estudante que se colocou como resistente ao trabalho com a temática de gênero, ainda que de forma não explícita. O estudante era dedicado às tarefas e atividades de forma geral, mas demonstrava uma perspectiva conservadora com

relação a temáticas como diversidade de gênero e sexual e racismo. A família do estudante demonstrava uma perspectiva conservadora – o que reforça o argumento de Cerri (2011) de que a educação escolar está longe de ser a única responsável pela formação da consciência histórica dos estudantes. Ainda assim, cabe à escola buscar promover identidades razoáveis, como defende este autor, sendo fundamental expôr mesmo os estudantes mais conservadores aos debates – afinal, pode ser a escola o único espaço onde eles entrarão em contato com uma produção de conhecimento que aborde temáticas que são mistificadas ou negadas em outros espaços sociais que frequenta. Neste caso, o estudante recusou-se a fazer o trabalho e, como consequência, ficou com nota zero. Não houve intervenção dos responsáveis junto à escola. A negação do estudante é sem dúvida um movimento triste, mas em casos como esse é necessário que os professores sejam firmes em suas posições, tratando o trabalho escolar como uma tarefa que faz parte do trabalho do estudante e as discussões sobre gênero e sexualidade como parte do conhecimento produzido pela humanidade sobre o qual cabe à escola se debruçar.

Fora esse caso específico, percebemos que foi possível que os estudantes de modo geral identificassem tanto a origem histórica quanto a continuidade da imposição dos padrões de gênero de matriz cristã, europeia heteronormativa em nossa sociedade. Para isso, foi essencial um exercício constante de referenciar passado e presente, apontando casos de colonialidade de gênero no presente, tanto no cotidiano dos estudantes quanto em notícias sobre violência de gênero e LGBTfobia, que eles passaram a relacionar com a origem colonial do padrão imposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica realizada no bojo do projeto “História Global e Educação Histórica: novas possibilidades metodológicas para o ensino de história” foi considerada muito positiva e se desdobrou em uma prática recorrente, integrante do planejamento – havendo sempre os ajustes necessários conforme as necessidades de cada turma.

Vale ressaltar que a aparente complexidade teórica dos conceitos abordados – gênero, colonialidade, etc. – não representa obstáculo para a aprendizagem dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Ao contrário: esse é um segmento que trabalha bem com conceitos e que irá necessitar de um aparato conceitual sólido para o desenvolvimento da aprendizagem no ensino médio. A experiência descrita nesse trabalho revelou que os estudantes trabalharam bem com conceitos complexos,

relacionando-os com a realidade cotidiana, assim como com o passado e o presente histórico.

Em termos amplos, esse trabalho demonstrou que entender a continuidade da imposição colonial na realidade atual implica entender a urgência de realizar transformações sociais rumo ao fim da violência e de uma sociedade em que todas as pessoas tenham liberdade de existir e de autorrealização plena. Ao perceberem a dimensão da violência colonial nos aspectos íntimos e subjetivos da vida das pessoas através do gênero, os estudantes demonstraram revolta e insatisfação, evocando um sentido de justiça na possibilidade de uma sociedade diversas em termos de gênero e sexualidade.

Além disso, entender as origens da norma também ajudam a deslocá-la de um lugar de atemporalidade – se houve um início, e não foi “desde sempre” e nem é “em todos os lugares e sociedades”, significa que pode vir a deixar de ser. Entender a historicidade da norma é uma esperança de transformação do agora, e desperta alívio ao ver que o “diferente” também pode ser absolutamente “normal” dependendo do tempo e do espaço considerados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabella Nara Costa. A colonização das sexualidades indígenas e a história da educação (sexual) no Brasil. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, v. 1, n. 20, p. 109–132, 2022.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 29–42, set. 1989.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica: Implicações Didáticas de uma Discussão Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History: a Historiographical Critique. **American Historical Review**, v. 117, n. 4, p. 999–1027, out. 2012.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2019.

CUNHA, Maria Clara. O Terceiro Gênero na Índia: O paradoxo social das hijras e as consequências da colonização britânica. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 21, n. 42, p. 7–24, 2023.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13–38, 2017.

GERMINARI, Geyso. Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 42, p. 54–70, jun. 2011.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 8, 2008.

QUIJANO. **Aníbal Quijano - Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Signo, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 145–159, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.